

Categoria petroleira exige um Acordo Coletivo de Trabalho digno!



No dia 5 de agosto, o ato na RPBC teve presença do diretor do Sindipetro/MG, Anselmo Braga. O ato faz parte do calendário de mobilizações promovido pela FUP em conjunto com a FNP para fazer avançar as negociações do ACT e reforçar as lutas contra a privatização

A luta pelos direitos da categoria na campanha do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) se dá em duas frentes: na mesa de negociação entre os dirigentes sindicais e a gestão do Sistema Petrobrás e, nas mobilizações das petroleiras e petroleiros, por meio de assembleias e atos.

As contrapropostas da Petrobrás para o ACT foram rejeitadas e uma nova rodada de negociação foi iniciada com discussões temáticas. No início da primeira reunião, ocorrida em 4/08, a FUP manifestou-se contra a política de redução de efetivos e de sucateamento das unidades operacionais da Petrobrás, principalmente as que foram colocadas à venda, cujo resultado tem sido uma série de acidentes, entre eles a morte do petrolei-

ro Patric Carlos na P-19, no dia 02/08, em um incêndio na Refinaria de Manaus.

A AMS foi colocada como prioridade na campanha do ACT com afirmação em mesa da pauta sobre retorno da relação de custeio 70x30 e a manutenção da regulamentação da AMS no Acordo Coletivo. A exigência é de que exclua qualquer cláusula referente à APS, criada de forma unilateral.

A diretoria da Petrobrás propõe arrochar ainda mais os trabalhadores e penalizar os aposentados e pensionistas. Enquanto a gestão da Petrobrás propõe 7% de reajuste salarial para a categoria, valor que não cobre sequer a inflação acumulada entre setembro de 2021 e agosto de 2022, por outro lado, impõe aos beneficiários da AMS reajuste linear de 25% na tabela do grande risco. Isso após a empresa já

ter imposto aos trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas reajustes absurdos na AMS, que, de setembro de 2017 até agora, variaram de 33% (para os beneficiários de menor idade e maiores remunerações) a 928% (beneficiários de maior idade e menor remuneração). Nesse mesmo período, os petroleiros do Sistema Petrobrás acumularam perdas salariais, já que os reajustes alcançados foram de 17,7%, enquanto a inflação acumulada está em 21,1%, segundo o IPCA.

Na reunião do dia 5/08, a FUP reafirmou que é inadmissível banco de horas, principalmente para regime especial de trabalho e cobrou que a Petrobrás apresente na próxima reunião um histórico do quantitativo de HES por unidade. Nas negociações, os sin-

dicatos têm jogado peso na questão da segurança, lembrando que a redução drástica de efetivos é uma realidade que não pode ser escamoteada.

Atos unificados

O Sindipetro/MG tem participado das mobilizações promovidas pela FUP em conjunto com a FNP para fazer avançar as negociações do ACT e reforçar as lutas contra a privatização de refinarias e da Petrobrás. No dia 5/08, sexta-feira, o ato na Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) em Cubatão contou com a presença do diretor do Sindipetro/MG, Anselmo Braga. E no dia 11/08, o diretor Guilherme Alves participou do ato na Replan, em Paulínia. Estão previstos atos até o dia 25 de agosto nas diversas unidades da Petrobrás.

Reunião de SMS deixa gerência desconfortável



Na última sexta-feira, 5 de agosto, o Sindipetro/MG esteve reunido com representantes da Refinaria Gabriel Passos (Regap), para realizar a reunião do comitê local de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Entre os assuntos debatidos estavam a questão do retorno ao efetivo mínimo historicamente praticado pela refinaria e as consequências do sucateamento da Regap.

Cobrada a apresentar uma resposta às reivindicações da categoria, apresentadas em ofício no dia 27 de junho, a gerência da Regap se esquivou de assumir o compromisso em retornar com o número de efetivo mínimo historicamente praticado. Durante a reunião, foi respondido que essa é uma questão que deve ser tratada no âmbito da comissão de efetivo do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O Sindipetro/MG tam-

bém realizou denúncia quanto ao sucateamento da Regap e o consequente aumento dos acidentes na unidade. O sindicato manifestou preocupação com o evento que ocorreu na unidade 123, em que houve desfalque na brigada, após o supervisor da área não poder liberar o brigadista por ser o único empregado no posto de trabalho. As condições da ocorrência, lembrou o sindicato, se assemelham as do acidente de 1998, que terminou com mortes na Regap.

Constrangida e desconfortável, a gestão não fez nenhum comentário sobre a denúncia. Porém, a gerência solicitou uma reunião presencial para tratar da segurança da Regap e garantiu que durante a operação com demanda reduzida não será realizada nenhuma operação, manobra ou liberação de equipamento que não seja puramente de rotina.

Sindicato quer garantia de direito eleitoral

No fim do mês de julho a categoria petroleira de Minas Gerais aprovou o manifesto em defesa da democracia e por eleições livres

O Sindipetro/MG enviou nesta terça-feira (9) um ofício ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais (TRE-MG), Maurício Torres Soares, requerendo que seja garantida a participação dos empregados da Petrobrás como mesários (convocados ou voluntários) nas eleições de outubro de 2022. Também foi solicitada que seja garantido o direito ao voto dos empregados da Petrobrás que estiverem trabalhando durante o horário de votação.

O requerimento do Sindipetro/MG acontece após alguns meios de comunicação noticiarem que a Petrobrás enviou ofícios para as Cortes Eleitorais com o fatídico pedido de que os seus empregados não fossem convocados para atuar como mesários nas eleições de outubro de 2022. Diante do fato, no dia 19 de julho, durante reunião de negociação coletiva, representantes da FUP questionaram a Petrobrás acerca da veracidade do que havia sido noticiado pela imprensa, quando, então, os representantes da estatal confirmaram

o envio dos mesmos.

Para o Sindipetro/MG, o requerimento da Petrobrás, trata-se de precedente perigoso que, se seguido por outras empresas, poderá inviabilizar, inclusive, o próprio processo eleitoral. Isso porque a Justiça Eleitoral poderia não ter mesários suficientes para estarem à frente do processo eleitoral. Entende-se também que o requerimento da Petrobrás viola princípios de natureza constitucional e inerentes ao Estado Democrático de Direito, tanto em relação aos mesários convocados, como aos voluntários, tais como: a democracia, a cidadania, o pluralismo político, a reserva legal, além do próprio exercício da soberania popular.

No fim do mês de julho deste ano, a categoria petroleira de Minas Gerais aprovou, em assembleia, o manifesto em defesa da democracia e por eleições livres. Portanto, não aceitará intimidações, nem qualquer manobra da gestão bolsonarista para tentar impedir a participação plena dos trabalhadores na grande festa democrática de outubro.